BOLETIM GOVERNO ABERTO
6ª EDIÇÃO · 30JUN2026

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, DEBATES E INOVAÇÃO MARCAM A AGENDA DE GOVERNO ABERTO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026



O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela mobilização em torno da agenda de governo aberto. Esta edição do Boletim de Governo Aberto traz os principais destaques e o que ainda podemos esperar para este ano, em que o Brasil concluirá a copresidência da Parceria para Governo Aberto (OGP), ao lado da representante da sociedade civil, Steph Muchai.

Dando continuidade às atividades, a Controladoria-Geral da União (CGU) recebeu, em março, a visita da comitiva internacional da OGP, que se reuniu com integrantes governamentais e da sociedade civil para debater os rumos da agenda de governo aberto para os próximos anos. Os desafios contemporâneos para a democracia, o fortalecimento da cooperação internacional e a consolidação das políticas de governo aberto estiveram no centro dos debates.

O período também trouxe avanços importantes na implementação do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto. Ainda em março, foram realizadas oficinas de Revisão do Plano, etapa que possibilitou avaliar o andamento dos oito compromissos, aprimorar os marcos estabelecidos e impulsionar a implementação das ações desenvolvidas em parceria entre governo e sociedade civil.

A agenda do semestre também foi marcada pela realização da Semana de Governo Aberto 2026, que reuniu representantes do governo, da sociedade civil, da academia e de organismos internacionais em uma série de painéis e debates sobre temas como gestão de dados públicos, transparência e acesso à informação, governo participativo e ação climática. O evento também contou com a apresentação dos projetos desenvolvidos no âmbito do Programa Fellowship OEA sobre Governo e Dados Abertos com foco em Mudanças Climáticas 2025, reforçando a conexão entre governo aberto, inovação e resiliência democrática.

No próximo semestre, a agenda de governo aberto segue em evidência. Em setembro, a OGP celebra 15 anos de atuação, consolidando-se como uma das principais iniciativas globais voltadas à construção de governos mais abertos, responsáveis e responsivos. Nesse contexto de celebração e renovação, a Parceria lançou um novo framework para orientar os próximos ciclos dos Planos de Ação Nacionais, buscando ampliar a flexibilidade dos processos e fortalecer os mecanismos de governança e participação.

Convidamos você a conhecer um pouco mais sobre cada uma dessas iniciativas, que seguem fortalecendo a agenda de governo aberto no Brasil e no mundo. Boa leitura!

SEMANA DE GOVERNO ABERTO 2026

Evento reuniu especialistas e ampliou debate sobre democracia, transparência e participação

Transparência, participação social, inovação e resiliência democrática estiveram no centro da Semana de Governo Aberto 2026, realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) entre os dias 26 e 29 de maio, em Brasília. O evento integra o calendário internacional da Parceria para Governo Aberto (OGP) e reuniu representantes do governo, da sociedade civil, da academia e de organismos internacionais em painéis e discussões sobre os desafios e perspectivas do governo aberto no Brasil e no cenário internacional.

Ao longo de quatro dias, os participantes discutiram temas centrais, como a governança de dados públicos, a transparência e o acesso à informação, a proteção de dados e a segurança da informação, a participação social e o fortalecimento do espaço cívico. Os debates também abordaram o papel do governo aberto na vida das pessoas, sua implementação em governos locais e os desafios contemporâneos para a democracia, evidenciando a necessidade de construir políticas públicas mais abertas, colaborativas e responsivas em um cenário cada vez mais orientado por dados.



Durante a abertura do evento, o Ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, destacou a trajetória do Brasil na agenda de governo aberto, lembrando que o país participou da criação da Parceria para Governo Aberto (OGP), há 15 anos. O ministro ressaltou ainda que, ao exercer novamente a copresidência da Parceria, o Brasil contribui para o fortalecimento de uma agenda que se tornou ainda mais relevante diante das transformações e desafios do mundo contemporâneo.



"Os grandes desafios do nosso tempo requerem cada vez ações mais coordenadas e tempestivas. Coordenação requer diálogo, diálogo requer confiança nas instituições e entre as instituições. E confiança se constrói com escuta, colaboração e capacidade de resposta. Estado e sociedade cientes de seus papéis e responsabilidades específicos".

Vinicius Marques de Carvalho - ministro da CGU

Na ocasião, foi lançado o **Informa.BR**, nova plataforma de buscas da CGU que entrará em operação em junho. A ferramenta utiliza inteligência artificial para simplificar o acesso às informações públicas, permitindo buscas em linguagem simples e encontre, em um único ambiente, informações disponíveis em bases oficiais do governo federal. A iniciativa busca facilitar o acesso e aproximar a população das informações produzidas pelo Estado.

Na mesa redonda ministerial "Fortalecendo capacidades estatais para a transparência, a participação e a gestão responsiva", os participantes discutiram como as políticas de gestão e transformação do Estado, de transparência e de participação social podem atuar de forma mais integrada para consolidar o governo aberto como um eixo estruturante da administração pública.

Com moderação da Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação da CGU, Livia Sobota, a mesa contou com a participação do Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Adauto Modesto Junior, e do Diretor de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR), Raimundo Vieira Bonfim. Os debatedores defenderam a transversalização da agenda de governo aberto nas políticas públicas. Destacaram ainda a transparência como premissa para a formulação de ações governamentais e o papel do Estado como garantidor de direitos, facilitador da participação social e promotor de uma gestão mais responsiva às demandas da população.

GOVERNO ABERTO NA PRÁTICA - O governo aberto na vida das pessoas foi tema de destaque na Semana de Governo Aberto 2026. O painel reuniu a Secretária-Executiva da CGU, Eveline Brito, o Secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Roberto Pojo, e o Coordenador-geral de Dados Abertos da CGU, Otávio Neves, sob a moderação da Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação da CGU, Livia Sobota. Os participantes debateram como os princípios e práticas de governo aberto impactam diretamente o cotidiano da população, contribuindo para serviços públicos mais transparentes, participativos, inovadores e orientados às necessidades da sociedade.



O painel discutiu o papel do governo aberto no fortalecimento da democracia e da capacidade de resposta do Estado

Durante o debate, Eveline Brito fez reflexões sobre as mudanças radicais que a humanidade vive atualmente, a partir da inteligência artificial, e os impactos em quatro dimensões: econômica, cognitiva, política-institucional e cultural. Ela destacou que a transparência pública é fundamental para garantir a confiança nas instituições.

Livia Sobota destacou que "o governo aberto funciona como uma plataforma de operacionalização da democracia no cotidiano da gestão pública". Ela ressaltou, ainda, o papel da Parceria para Governo Aberto (OGP) em institucionalizar os princípios de transparência, participação e responsividade, gerando políticas públicas melhores e conferindo mais resiliência à democracia diante de transições, de tensionamentos e choques democráticos.

Ao apresentar exemplos práticos dessa agenda, Otávio Neves destacou o Portal da Transparência como um caso concreto de governo aberto. Segundo ele, a atual versão da ferramenta foi construída a partir de oficinas, pesquisas e diálogos com a sociedade, incorporando demandas dos próprios usuários.

Durante o painel, Roberto Pojo destacou a relação entre transparência, dados abertos e democracia. Segundo ele, o Brasil avançou significativamente na disponibilização de informações públicas por meio de portais, bases de dados e sistemas eletrônicos, ampliando o acesso da população aos dados governamentais. No entanto, ressaltou que a simples divulgação de grandes volumes de informação não garante, por si só, a transparência. Para o secretário, o desafio atual é tornar esses dados mais compreensíveis e úteis para os cidadãos.













“Nós dos movimentos sociais populares conhecemos e vivemos a realidade com seus problemas, com seus limites reais [...] Nós organizamos demandas concretas para serem transformadas em políticas públicas e efetivadas para que, de fato, elas voltem e cheguem lá na ponta, qualificando a vida da nossa gente”.

Sirlei Gaspareto, Militante do Movimento de Mulheres Camponesas.

CONSTRUINDO UMA ESTRATÉGIA FEDERAL DE GOVERNO ABERTO - A construção de uma estratégia federal para transversalizar a agenda de governo aberto foi tema de uma mesa de diálogo conduzida a partir de perguntas do público. A atividade, moderada pela auditora federal de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula, contou com a participação da Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação da CGU, Livia Sobota; do diretor de Governo Aberto e Transparência da CGU, Marcelo Vidal; da coordenadora regional para as Américas da Parceria para Governo Aberto (OGP), Carolina Cornejo; e da secretária-adjunta da Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Wanessa Queiroz.



Durante o diálogo, Livia Sobota destacou que o governo aberto funciona como uma abordagem capaz de aproximar e potencializar políticas de transparência e participação social que já existem no Estado brasileiro. Para a secretária, a Estratégia de Governo Aberto buscará fortalecer essa transversalização, qualificando os processos de formulação e acompanhamento das políticas governamentais.

Marcelo Vidal reforçou que governo aberto, em sua essência, trata de colaboração entre governo e sociedade. O diretor destacou que ao longo de seis planos de ação, o Brasil tem conseguido desenvolver colaboração com sucesso, inclusive em áreas como ciência e tecnologia, saúde e educação. Porém, é possível avançar na institucionalização do governo aberto, auxiliando na transversalização da pauta por todo o governo, especialmente em setores ainda não alcançados por práticas de colaboração, cocriação e coexecução.

Wanessa Queiroz comentou o desafio de integrar a agenda de governo aberto aos instrumentos de planejamento já existentes no governo e como aprimorar as políticas públicas a partir deste contexto. Como exemplo, indicou que uma abertura de base de dados deve ser entendida não apenas como o cumprimento de uma obrigação, mas como uma forma de potencializar uma política pública a partir da abertura dos dados.

Já Carolina Cornejo abordou experiências de outros países, que podem inspirar o Brasil. Ela ressaltou que a implementação de uma estratégia é fundamental, pois confere um marco institucional e assegura a continuidade das políticas.

A coordenadora regional da OGP também avaliou positivamente o processo brasileiro da construção da estratégia e o seu caráter participativo. “O Brasil está fazendo um processo muito interessante, envolvendo organizações, conselhos e outras instituições. É um processo difícil e ambicioso, mas também uma oportunidade para complementar as ações que já vêm sendo implementadas pela CGU e por diversos atores da agenda de governo aberto”, afirmou.

A realização da Semana de Governo Aberto 2026 reforça o protagonismo do Brasil nesta pauta. Ao promover reflexões sobre transparência, participação social, gestão de dados, inovação e democracia, o evento contribuiu para fortalecer uma agenda que busca aproximar Estado e sociedade e ampliar a capacidade das instituições públicas de responder aos desafios contemporâneos.



Carolina Cornejo apresentou experiências internacionais que podem contribuir para a construção da Estratégia Federal de Governo Aberto do Brasil

Assista à Semana de Governo Aberto, na íntegra, no canal da CGU no Youtube

PROGRAMA FELLOWSHIP OEA CONECTA GOVERNO ABERTO E AÇÃO CLIMÁTICA

Fellows apresentaram, durante a Semana de Governo Aberto 2026, soluções inovadoras para desafios climáticos reais



Em um cenário de intensificação dos impactos das mudanças climáticas e de crescente demanda por respostas mais eficazes, inclusivas e sustentáveis, a agenda de governo aberto tem se consolidado como um importante instrumento para fortalecer a governança climática.

Nesse contexto, o Programa Fellowship OEA sobre Governo e Dados Abertos com foco em Mudanças Climáticas 2025 buscou estimular a construção colaborativa de soluções para desafios climáticos, conectando jovens lideranças, em um processo de cocriação, a partir do uso de dados abertos e ferramentas de governo aberto para buscar soluções e gerar confiança entre governo e cidadania.

Por meio da iniciativa da OEA, desenvolvida no Brasil em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), a Embaixada da França e o Banco Mundial, os participantes se debruçaram sobre cinco desafios climáticos, identificados em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com o propósito de transformá-los em projetos inovadores e aplicáveis a diferentes contextos territoriais.

Os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos fellows foram apresentados em evento durante a Semana de Governo Aberto 2026 e envolveram temas como transição energética justa; poluição e respostas a eventos climáticos extremos; desertificação e seca no Semiárido; financiamento climático e transparência; e datacenters e soberania digital.

Durante a abertura, a Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação, Livia Sobota ressaltou que as propostas desenvolvidas pelos fellows trazem novas perspectivas de enfrentamento aos desafios contemporâneos e representam um importante insumo para o enriquecimento da política de governo aberto do Brasil.

Conforme destacou a Diretora do Departamento de Gestão Pública Eficaz da OEA, Maria Fernanda Trigo, os participantes foram além do desenvolvimento de projetos independentes, construindo de forma colaborativa um sistema de governança climática.

O ex-fellow e coordenador desta edição, Humberto Fuentes, ressaltou o caráter inovador desta edição Fellowship, a primeira realizada exclusivamente para o Brasil e inteiramente dedicada aos desafios das mudanças climáticas.



Também participaram da cerimônia, o coordenador de Projeto da Secretaria Nacional de Mudança do Clima do MMA, Carlos Alexandre Príncipe Pires, a conselheira para assuntos globais da Embaixada da França do Brasil, Nastassja Hoffet, e o especialista em Transformação Digital e IA do Banco Mundial, Julián Nagiles.

Saiba mais sobre cada um dos cinco projetos:

1) Observatório CLIMAE - Transparência e governança da energia eólica

Projeto voltado à transição energética justa, transformando dados dispersos em informações acessíveis e transparentes para a sociedade.

2) Confluências - Conhecimento comunitário para governança da água

Plataforma aberta e comunitária para mapear vulnerabilidade hídrica em pequenas cidades e comunidades, conectando ciência cidadã, cartografia social e dados abertos.

3) Desacelerar a Desertificação

Iniciativa para fortalecer a capacidade dos municípios no enfrentamento da degradação do solo e da seca, promovendo uma governança ambiental mais integrada.

4) Clima em Conta -Governança climática municipal

Ferramenta de transparência para ajudar gestores públicos e sociedade civil a identificar gastos relacionados à adaptação climática nos municípios

5) Observatório Brasileiro de Datacenters

Plataforma de monitoramento dos impactos socioambientais de grandes datacenters no Brasil, com foco em incidência legislativa e critérios socioambientais para o setor.

Assista ao evento de encerramento no canal da CGU no Youtube.

OGP REFORÇA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DEFESA DA DEMOCRACIA DURANTE VISITA AO BRASIL

Encontro aconteceu no âmbito da Copresidência do Brasil e Steph Muchai e buscou ampliar o diálogo da OGP com representantes do governo e da sociedade civil



Representantes da OGP, do governo e da sociedade civil se reúnem para debater sobre a agenda de governo aberto.

O primeiro semestre de 2026 marcou um momento relevante para a agenda internacional de governo aberto no Brasil. Entre os dias 10 e 12 de março, a Controladoria-Geral da União (CGU) recebeu a visita da comitiva internacional da Parceria para Governo Aberto (OGP), iniciativa global que completa 15 anos em 2026 e da qual o Brasil é um dos países fundadores. O encontro reforçou o papel do país na agenda global de governo aberto e buscou ampliar o diálogo da OGP com representantes do governo e da sociedade civil, promovendo novas oportunidades de cooperação e intercâmbio de experiências.

A visita ocorreu no âmbito da copresidência da OGP, atualmente exercida pelo Brasil, ao lado da advogada queniana Steph Muchai, representante da sociedade civil. Durante três dias, os parti-

cipantes debateram o papel da OGP diante dos desafios contemporâneos para as democracias; a implementação do 6º Plano de Ação do Brasil; as prioridades da atual copresidência; e a campanha de celebração dos 15 anos da Parceria.

Na sessão de abertura das reuniões, o ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, destacou as ações que a Controladoria vem desenvolvendo e que têm contribuído para reconstruir a confiança da população na administração pública nos últimos anos, como o lançamento do Plano de Integridade e Combate à Corrupção e o restabelecimento de uma política de transparência na qual o acesso à informação é a regra e não a exceção. Como destacou o ministro, todo o trabalho vem sendo realizado com intensa colaboração interministerial, amplo diálogo federativo e participação da sociedade civil.

"A gente sabe que o cenário internacional é bastante desafiador. Mas essa agenda do governo aberto é uma agenda prioritária do Estado brasileiro. O Brasil assume assim a responsabilidade de promover o governo aberto como uma agenda de proteção da democracia", destacou o ministro.

O representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE), embaixador Carlos Cozendey, que também participou da sessão de abertura, ressaltou o compromisso do governo brasileiro com a promoção da democracia e dos direitos humanos e com o fortalecimento das instituições públicas. O embaixador destacou que transparência, prestação de contas e participação cidadã são elementos essenciais para ampliar a legitimidade das instituições democráticas, ressaltando ainda o impacto das transformações tecnológicas na ampliação do acesso à informação e da participação social.

Nesse sentido, a atual copresidência também ressaltou o protagonismo do Sul Global na agenda internacional de governo aberto, fortalecendo a cooperação entre países e ampliando o alcance das iniciativas. A representante da sociedade civil na Copresidência da OGP, ao lado do Brasil, Steph Muchai, destacou que governos e sociedade civil compartilham os mesmos objetivos e que, por isso, a construção conjunta de soluções é fundamental para fortalecer as democracias.



"Um dos principais diferenciais da OGP está justamente em seu modelo multissetorial, baseado na colaboração entre diferentes atores e no desenvolvimento de políticas públicas em conjunto com as pessoas. Podemos ter abordagens e responsabilidades diferentes, mas todos nós buscamos a mesma coisa: sociedades abertas, receptivas e prósperas".

Steph Muchai - Copresidente representante da sociedade civil 2025-2026

Já a Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação, Livia Sobota, destacou que o governo aberto pode ser entendido como uma infraestrutura para a democracia, uma maneira de o Estado se organizar para servir à população, com transparência, participação e políticas públicas que realmente atendam às necessidades de todas as pessoas.

Na sessão de encerramento, a Secretária-Executiva da CGU, Eveline Brito, ressaltou a importância da agenda de governo aberto para o Brasil, alinhada a um conjunto mais amplo de ações governamentais voltadas à promoção de políticas públicas que impactem positivamente a vida das pessoas. "A CGU é uma instituição que se dedica a garantir aos cidadãos brasileiros uma administração íntegra, transparente e capaz de servir ao bem público. Por essa razão, acreditamos que os princípios de governo aberto fazem parte do DNA da Controladoria", destacou a secretária.

COMPOSIÇÃO DA COMITIVA – Integraram a comitiva internacional da OGP a copresidente representante da sociedade civil para o período 2025-2026, Steph Muchai; o diretor-executivo da Parceria, Aidan Eyakuze; os ex-copresidentes Cielo Magno e Lázaro Tuñón Sastre; os futuros copresidentes pelo governo do Reino Unido (2026/2027), Stefan Kossoff e Roy Evans; além da futura representante da sociedade civil, Laura Neuman, dos Estados Unidos. Também estiveram presentes o chefe de Programas Globais da OGP, Paul Maassen; o líder da Rede de Campeões e Governança da Parceria, Jaime Mercado; e a líder regional para as Américas, Rosario Pavese. As reuniões contaram ainda com a participação de representantes governamentais integrantes do Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) e de organizações da sociedade civil que compõem o Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil de Governo Aberto.

CGU avança na Revisão do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto

Trabalho envolveu especialistas do governo e da sociedade civil para aprimorar os compromissos do Plano e fortalecer a implementação das ações de governo aberto.

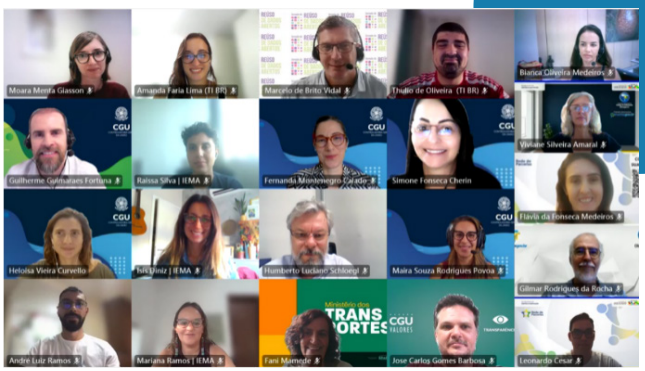
O processo de Revisão do 6º Plano de Ação Nacional da Parceria para Governo Aberto (OGP), iniciado em 2025, avança para sua etapa final neste mês de junho. A Controladoria-Geral da União (CGU) realizou, entre os dias 20 e 27 de março, por meio da Coordenação-Geral de Promoção de Governo Aberto da Diretoria de Governo Aberto e Transparência, as oficinas de cocriação para a Revisão do Plano. Os encontros reuniram especialistas do governo e da sociedade civil envolvidos na implementação dos oito compromissos do Plano, reforçando o modelo de governança colaborativa que orienta a OGP.

As oficinas tiveram como objetivo acompanhar as ações em andamento no Plano de Ação e promover um espaço de diálogo para análise das contribuições recebidas pela sociedade na 4ª Edição do Diálogo com a Sociedade Civil e na Consulta Pública para Revisão do Plano. Durante os encontros, os participantes discutiram a viabilidade e a relevância das propostas apresentadas, além de revisar e ajustar os marcos dos compromissos existentes e assim contribuir para o aprimoramento da implementação das iniciativas.

Entre as mudanças, destaca-se a inclusão, nos marcos do Compromisso 6, que aborda a Educação Digital e Midiática para Pessoas Idosas, da elaboração do Guia Orientativo para o Desenvolvimento e Mensuração de Competências Digitais da Pessoa Idosa do Brasil. A publicação será utilizada como referência para o desenvolvimento das habilidades definidas como metas pela metodologia lançada recentemente pela Anatel.

O Compromisso 5, que aborda a questão de dados de ações afirmativas étnico-raciais, também passou por uma reformulação para a otimização do número de marcos, tornando-os mais aderentes à capacidade de implementação. Entre as inovações, está a inclusão de marco para a "Produção de dados e evidências sobre desigualdades raciais nas infâncias e adolescências nos municípios que aderiram ao SINAPIR (Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial)", que será desenvolvido a partir de uma cooperação técnica entre o governo e sociedade civil.

O Analista Técnico de Políticas Sociais e coordenador do Compromisso 5, Tahirá Endo Gonzaga, destacou a importância da articulação entre os participantes governamentais e da sociedade civil como elemento fundamental para o avanço das ações do compromisso, que tem como objetivo aprimorar a qualidade e a disponibilidade dos dados étnico-raciais utilizados no monitoramento e no fortalecimento das políticas de ação afirmativa.



Como resultado das discussões realizadas na oficina do Compromisso 1, voltado ao aprimoramento da transparência e da participação social nas políticas públicas de infraestrutura, foi trazida a importância de fortalecer a integração entre os marcos, de modo a garantir maior efetividade na implementação das ações. O Coordenador-Geral de Gestão do Portal de Transparência e coordenador do Compromisso 1, Guilherme Fortuna, também ressaltou os avanços alcançados por meio do compromisso, como a ampliação do diálogo com o Ministério dos Transportes e a institucionalização de um processo de participação social no âmbito do Plano Nacional de Logística 2050 (PNL 2050).

Já a equipe responsável pelo Compromisso 3, voltado às práticas colaborativas para a ciência e a tecnologia, avançou no desenvolvimento do Catálogo de Infraestruturas Nacionais de Suporte à Ciência Aberta, bem como na estruturação de um curso EAD sobre práticas de pesquisa transparentes, colaborativas e reprodutíveis.

O plano revisado será submetido ao Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) e ao Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil de Governo Aberto para validação final. Após essa etapa, a versão atualizada do 6º Plano de Ação Nacional será encaminhada à OGP e publicada nos canais oficiais do Governo Federal, reforçando o compromisso do Brasil com a transparência, a participação social e a implementação colaborativa das políticas de governo aberto.

REVISÃO DO PLANO DE AÇÃO - A Revisão do Plano de Ação é uma exigência da OGP para os países que adotam planos de ação com um ciclo de quatro anos, como é o caso do Brasil. A atualização do plano ao atingir o marco de dois anos possibilita uma reflexão crítica sobre o progresso alcançado até o momento. Com base nessa avaliação, os países têm a capacidade de atualizar, modificar ou incluir novos compromissos que respondam às realidades e necessidades atuais da sociedade, ao mesmo tempo em que fortalecem a implementação de compromissos já existentes. Todo esse processo é realizado em parceria com a sociedade civil.

Confira os principais resultados das demais oficinas de cocriação:

COMPROMISSO	DESTAQUE
Compromisso 2 (Dados para o Enfrentamento Coletivo da Corrupção)	Alteração em um dos marcos para incorporar as ações de capacitação e sensibilização dos gestores da administração pública para a gestão de dados aos trabalhos do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC), com o objetivo de fortalecer a continuidade, o aprimoramento e o acompanhamento de dados estratégicos.
Compromisso 4 (Cultura de Acesso à Informação)	Inclusão de novo marco voltado a apoiar diretamente estados e municípios na implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI). A equipe também destacou a expansão da RedeLAI, rede voltada para fortalecimento da transparência e do acesso à informação.
Compromisso 7 (Melhores Serviços para Agricultura Familiar)	Alteração de marco para a inclusão do lançamento do curso de capacitação assíncrono “Introdução ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF 3.0)”, voltado a colaboradores e usuários do serviço. O CAF 3.0, lançado no âmbito do compromisso, trouxe diversas melhorias para o cidadão, como a simplificação da emissão e da atualização do cadastro, tornando o processo mais ágil e seguro para agricultores e emissores.
Compromisso 8 (Participação Social e Educação Popular nos Territórios)	O grupo destacou o avanço do marco 5, que já alcançou 60% de execução e tem como objetivo articular movimentos sociais, sindicais e populares nas ações do Plano de Ação de Governo Aberto. O marco representa uma das principais entregas do compromisso ao consolidar os Fóruns de Participação Social, que atualmente reúnem mais de mil organizações e movimentos sociais, sindicais e populares em diversas áreas de atuação.

OGP atualiza metodologia que orienta os Planos de Ação de Governo Aberto

A Parceria para Governo Aberto (OGP) atualizou a estrutura que orienta a criação e implementação dos Planos de Ação pelos países membros da Parceria. A mudança refletiu as demandas dos países membros por um modelo mais flexível, claro e efetivo.

A nova metodologia amplia a flexibilidade para os membros e fortalece os mecanismos de governança, ao mesmo tempo em que mantém os fundamentos da OGP de cocriação, ação e responsabilização. Com isso, a iniciativa busca reforçar sua sustentabilidade e credibilidade para a próxima década.

Segundo a OGP, os processos em curso de cocriação e implementação não serão afetados e os membros podem seguir com a execução dos planos em andamento. Saiba mais sobre a mudança na metodologia dos Planos de Ação na página da OGP.

RADAR: #OGP15 – Os 15 anos da Parceria para Governo Aberto

Em setembro, a Parceria para Governo Aberto (OGP) celebra 15 anos de atuação, consolidando-se como uma das principais plataformas globais voltadas à promoção dos princípios da transparência, da participação social, da responsividade e da responsabilidade. Atualmente, a Parceria reúne 73 governos nacionais, 143 membros locais e milhares de organizações da sociedade civil em torno dessa agenda.

Acompanhe as atividades e ações comemorativas dos 15 anos da OGP nas redes oficiais da **Parceria** e da **CGU**.